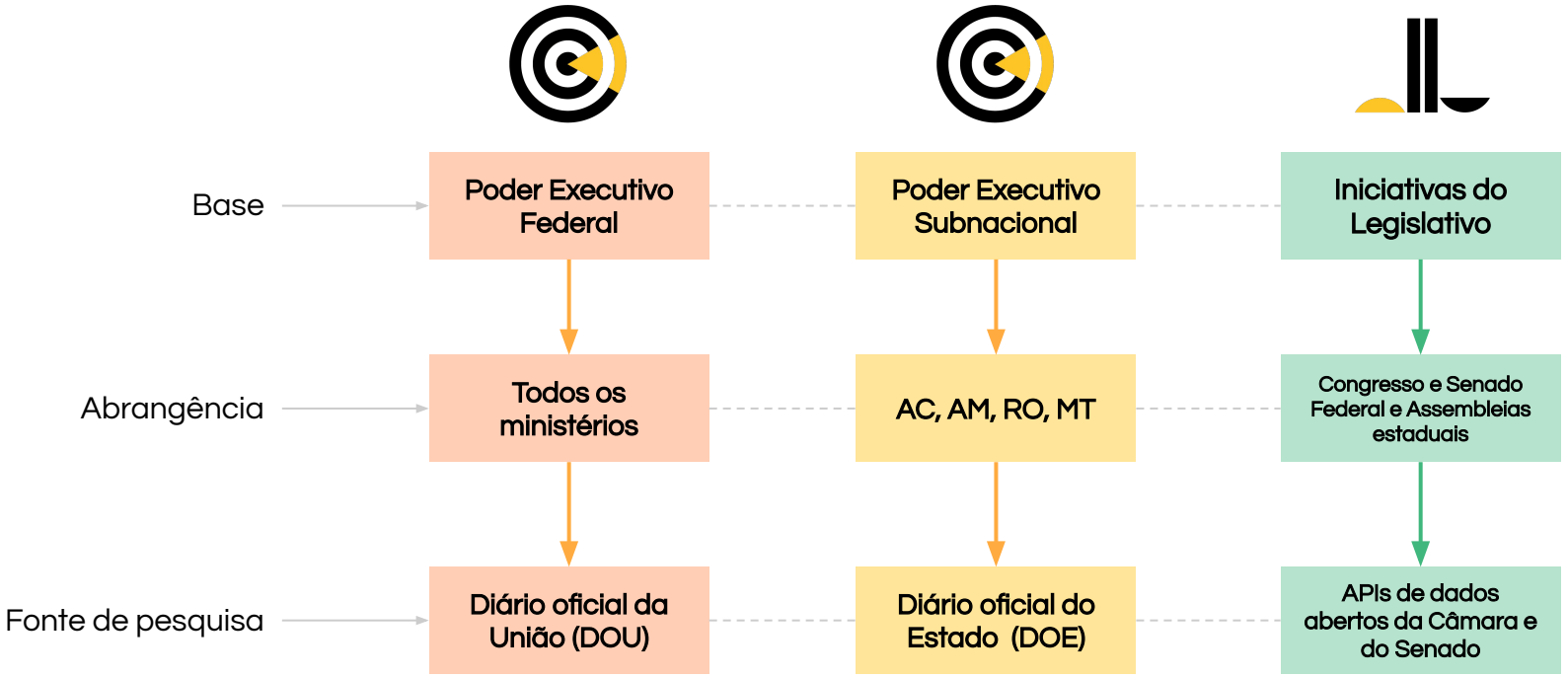
DA DESCONSTRUÇÃO À RECONSTRUÇÃO

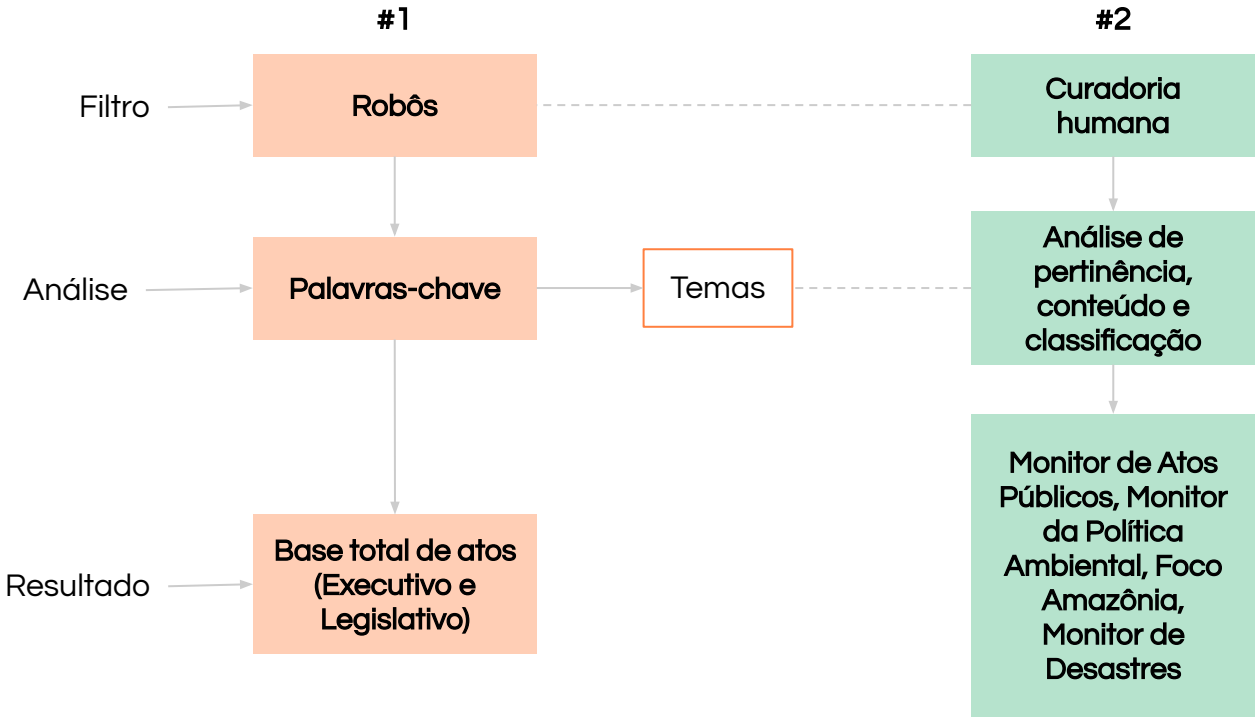
Monitoramento dos atos do Governo Bolsonaro

Dr.ª Ana Paula Prates | Diretora de Políticas Públicas

O que monitoramos?



O que monitoramos?



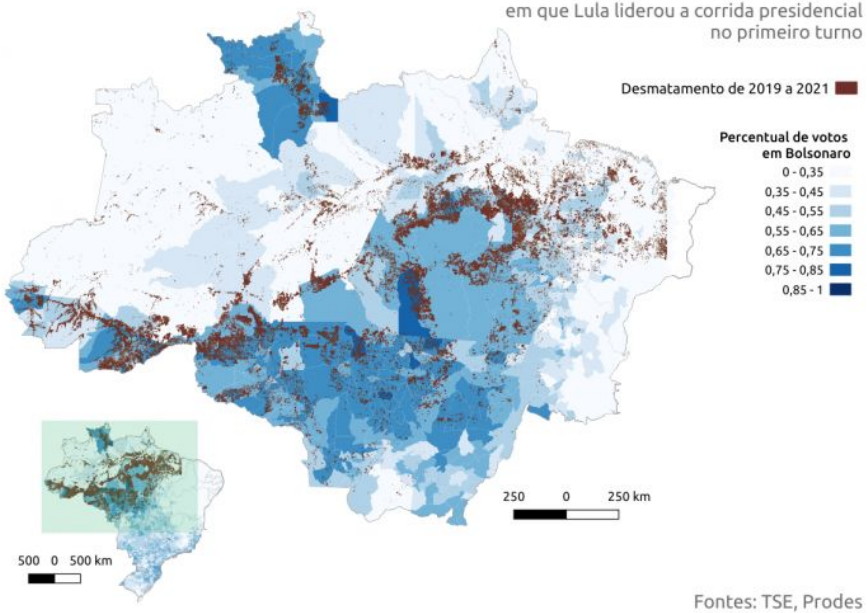
Agropecuária
Águas
Amazônia
Antártica
Biodiversidade
Cidades
Ciência
Desastres
Energia
Florestas
Indígena
Institucional
Marinho
Meio Ambiente
Mineração
Mudança do Clima
Pesca
Poluição
Quilombolas
Terras
Transporte

Foco Amazônia #10 | Set.2022

DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA E AFINIDADE COM O GOVERNO BOLSONARO

173% A MAIS DE DESMATAMENTO

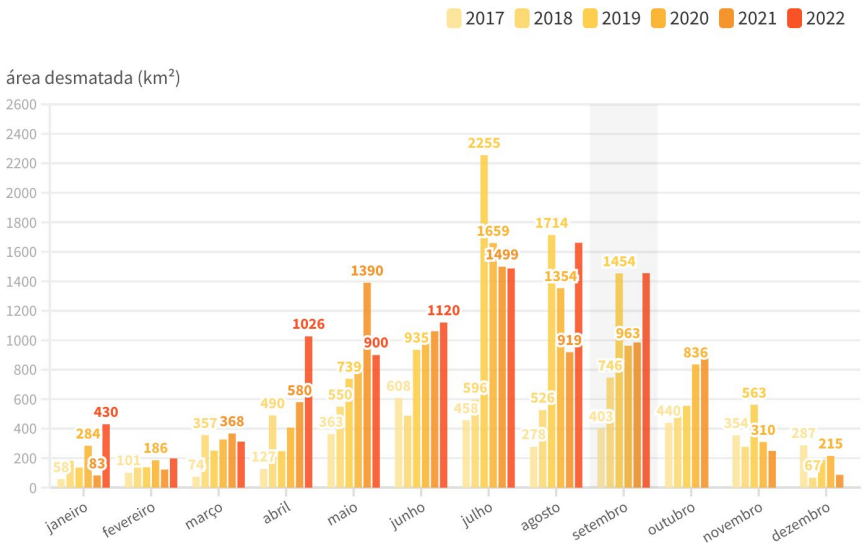
Apesar de Lula ter o maior número de votos na Amazônia Legal, nos municípios em que Bolsonaro o superou, o desmatamento foi 173% superior àqueles em que Lula liderou a corrida presidencial no primeiro turno



Fontes: TSE, Prodes

DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Novo recorde de desmatamento no mês de setembro



Fonte: Deter/Inpe • Elaboração: Política Por Inteiro | Instituto Talanoa
Dados atualizados até 30/09/2022

política por inteiro

Poder executivo

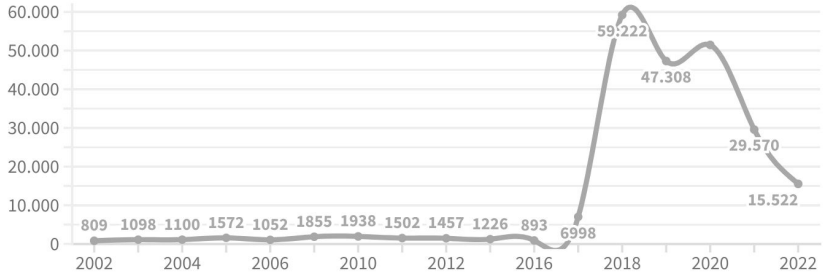
- 222.544 normas capturadas pelo robô desde 2002 (média de 905 normas/mês)
- 144.772 captadas desde 2019 (média: 3.377 normas/mês)

Poder legislativo

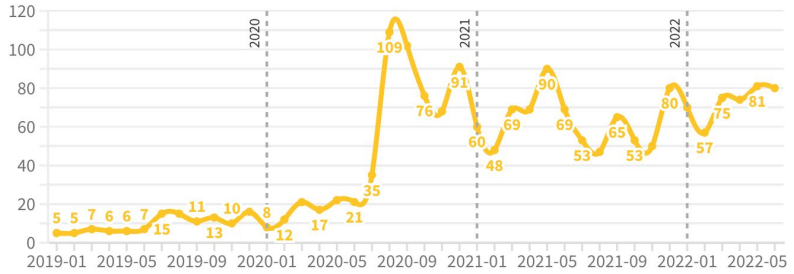
- 39.364 propostas capturadas pelo robô (desde 1946)
- 3.928 na legislatura atual

NÚMEROS POLÍTICA POR INTEIRO

Evolução anual de normas captadas pelo robô



Evolução mensal de normas relevantes



Fonte: Política Por Inteiro (DOU)

politica por inteiro

Por um novo Brasil

Dados e análises para a retomada e efetivação de políticas públicas socioambientais e climáticas

Introdução

Era março de 2019. Em um jantar em Washington[1], o presidente Jair Bolsonaro resumiu o que seriam seus quatro anos no governo: "Nós temos de desconstruir muita coisa, de desfazer muita coisa para depois recomeçarmos a fazer". A desconstrução já estava em curso, iniciada em 1º de janeiro daquele ano, primeiro dia do governo, com atos infralegais que deflagraram reformas institucionais na administração federal.

Assim, Bolsonaro continuaria a seguir o roteiro que o levou à Presidência da República. O autor principal dessa cartilha de desmonte, o ex-estrategista da Casa Branca Steve Bannon, ouvia pessoalmente sobre como o método de erosão da democracia aplicada por Donald Trump nos Estados Unidos era também posto em prática no Brasil.

A seara climática e ambiental foi um dos alvos prioritários dessa política de desconstrução, para usar o termo escolhido pelo presidente, porque nela podem ser camufladas batalhas ideológicas. Por sua vez, estas camuflam o sequestro das estruturas estatais por um sistema de primazia de interesses não-republicanos. Com base no monitoramento rigoroso deste ciclo político, verificamos que as políticas públicas foram, em larga medida, "despedaçadas".

O sucesso das políticas públicas de mudança do clima e meio ambiente depende da melhor ciência. E elas se efetivam sobre o território e seu uso. Os ataques à ciência e as desregulações dos direitos sobre o território – seja por atos ou omissões – imobilizaram o Estado brasileiro no campo climático e socioambiental e contribuíram sobremaneira para o enfraquecimento da democracia.

O arcabouço político e jurídico que vinha sendo construído nos últimos 30 anos para políticas públicas no setor com mais transparência e participação foi corroído sob um método definido pela ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia como uma "cupinização institucional". Ela utilizou o termo no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 760[2] e da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 54[3]. "A cupinização institucional para chegar à quebra das estruturas postas para garantir os direitos humanos, aí incluídos os direitos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado."

O Governo Federal publicou, de 1º de janeiro de 2019 a 31 de julho de 2022, mais de 140 mil atos com interface às políticas ambiental e climática. Esse enorme conjunto inclui atos de pessoal (nomeações, exonerações, afastamentos entre outros), extratos de convênios, licitações e outros atos ordinários, os quais descartamos para separar ruídos de sinais de políticas públicas. Limpando tudo isso e aplicando uma tipologia própria, identificamos 2.189 atos infralegais relevantes para as políticas climáticas e socioambientais no Diário Oficial da União (DOU). Essas normas foram captadas pelo Monitor de Atos Públicos, ferramenta desenvolvida pela POLÍTICA POR INTEIRO para acompanhar diariamente as movimentações do Executivo federal em mudança do clima e meio ambiente. O monitoramento permitiu observar que o que houve foi muito além de uma simples paralisação das políticas públicas, mas tentativa deliberada de "reprogramar" estruturas de ação, participação e controle social, realizada com método: o Método da Desconstrução.

Como antídoto à corrosão provocada pelo Método da Desconstrução, a POLÍTICA POR INTEIRO apresenta o Método da Reconstrução. Os 2.189 atos captados pelo Monitor de Atos Públicos foram avaliados quanto à vigência e o impacto a partir de 2023 (a **Figura 1** mostra detalhes sobre a filtragem dos atos).

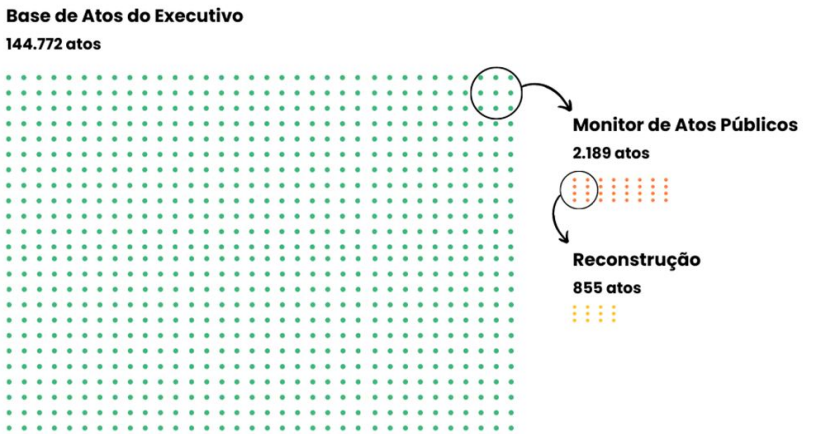
1. "Temos de desconstruir muita coisa', diz Bolsonaro a americanos de direita. Disponível em: https://veja.abril.com.br/politica/temos-de-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-a-americanos-de-direita/. Acesso em 25 de set. de 2022.

2. Ação que questiona a paralisação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm). Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6049993. Acesso em 26 de set. de 2022

3. Ação que alega omissão da União em coibir o desmatamento na Amazônia. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5757017 - acesso em 26/09/2022

DIAGNÓSTICO

O processo de seleção dos atos do Executivo para a Reconstrução

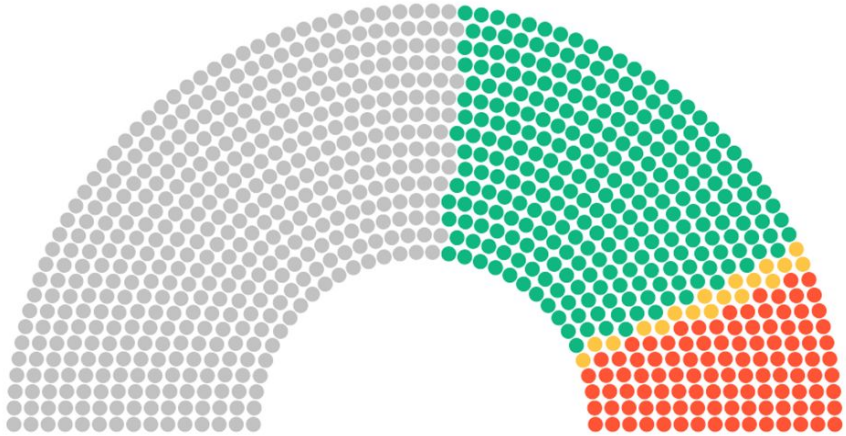


Fonte: Política Por Inteiro

política por inteiro

MÉTODO DA RECONSTRUÇÃO

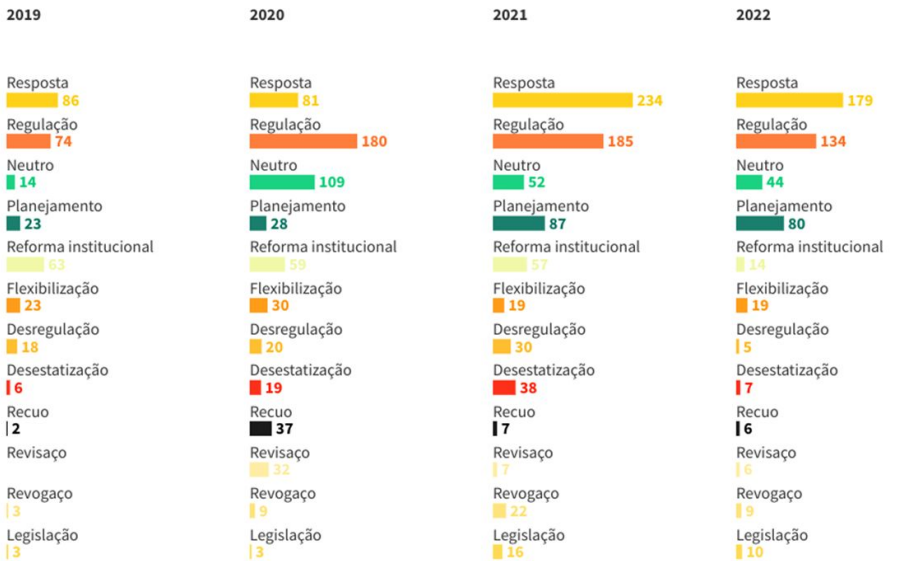
Distribuição dos atos por ação



Tipo de ato	Total
Sem ação	454
Re-regular	276
Revogar	18
Revogar imediato	107

MÉTODO DA DESCONTRUÇÃO

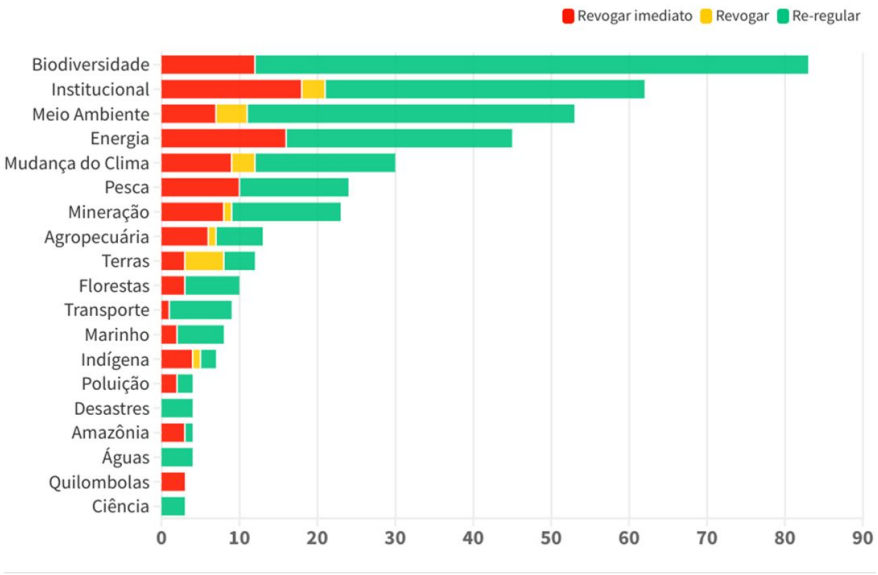
Distribuição de atos por ano e classe



Fonte: Política Por Inteiro

MÉTODO DA RECONSTRUÇÃO

Distribuição de atos por tema e ação



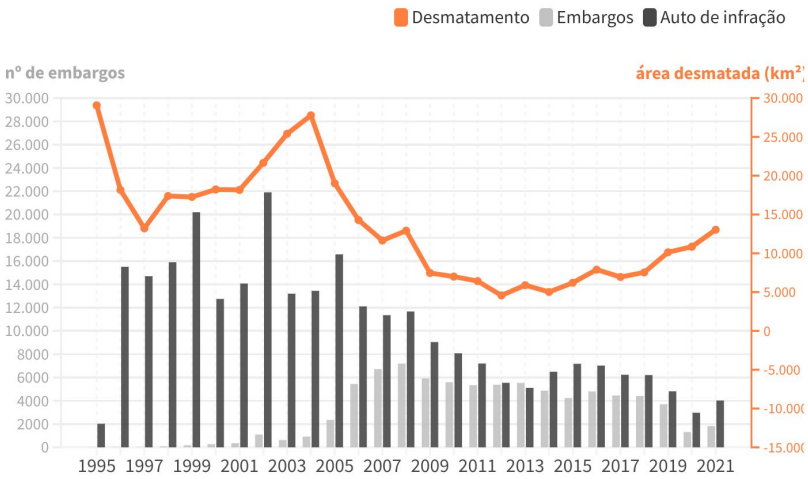
Fonte: Política Por Inteiro

Agrupamentos para reconstruir

1. Participação e controle social;
2. Instituições;
3. Transparência;
4. Direitos indígenas;
5. Gestão de conflitos socioambientais;
6. Amazônia;
7. Fiscalização;
8. Licenciamento ambiental;
9. Questão fundiária;
10. Regularização ambiental;
11. Mudança do clima;
12. Fundos climáticos e financiamento;
13. Mercado de carbono;
14. NDC;
15. Áreas protegidas;
16. Biodiversidade;
17. Pagamentos por serviços ambientais;
18. Racismo ambiental;
19. Oceano;
20. Energia: carvão mineral;
21. Energia nuclear;
22. “Jabutis da Eletrobras”;
23. Fracking (fraturamento hidráulico);
24. Desastres;
25. Agronegócio;
26. Agrotóxicos;
27. Outros temas negligenciados.

MÉTODO DA DESCONSTRUÇÃO

Evolução do desmatamento na Amazônia Legal e número de embargos do Ibama

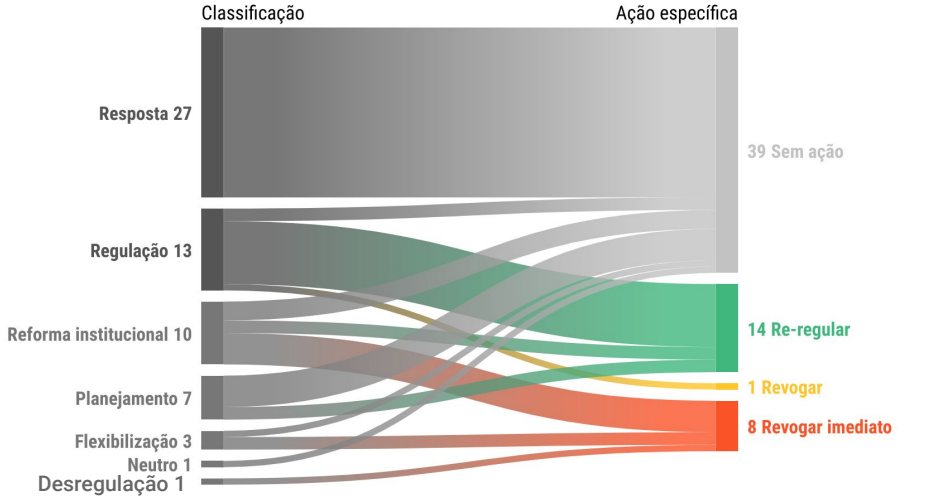


Fontes: Prodes/INPE | Ibama

política por inteiro

Evitar colapso socioambiental da Amazônia

Ações indicadas por classe do ato



Fonte: Política por inteiro

política por inteiro

política por inteiro

Anexo I - Atos do Reconstrução | Ação: Revogar

Revogar imediatamente | Nova norma | Repristinar

#	Ato	Tema	Classificação	Resumo	Sugestão
	DECRETO Nº 10.935, DE 12 DE JANEIRO DE 2022	Biodiversidade	Desregulação	Altera o regramento sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional.	Garantir a proteção máxima das cavernas. Ações no STF sobre o tema.
	DECRETO Nº 10.965, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022	Mineração	Flexibilização	Altera o Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018, que regulamenta o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, e a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017.	Norma deve ser revogada por retirar mecanismos de controle das atividades pelo órgão competente, dentre outras flexibilizações.
	DECRETO Nº 10.966, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022	Mineração	Regulação	Institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala - Pró-Mape.	Favorece as atividades minerárias de difícil monitoramento e controle.
	DECRETO Nº 11.015, DE 29 DE MARÇO DE 2022	Terras	Planejamento	Institui o Plano Nacional de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais - RegularizAgro e o seu Comitê Gestor, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	Novo programa de aceleração da regularização ambiental a partir de uma nova governança territorial, considerando territórios coletivos.
	DECRETO Nº 11.018, DE 30 DE MARÇO DE 2022	Institucional	Recuo	Altera o Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, sobre a composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).	Resgatar composição plural, paritária e garantir plena participação.
	DECRETO Nº 11.042, DE 12 DE ABRIL DE 2022	Energia	Regulação	Dispõe sobre as condições para a contratação de energia elétrica proveniente de empreendimentos termelétricos a partir de gás natural e de empreendimentos hidrelétricos até cinquenta megawatts.	Mesmo que o leilão ocorra, precisa de nova norma para impedir outro leilão dos 6 GW restantes.
	DECRETO Nº 11.075, DE 19 DE MAIO DE 2022	Mudança do Clima	Planejamento	Estabelece os procedimentos para a elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação das Mudanças Climáticas e institui o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa - Sinare.	Necessidade de substituir por outro decreto que regulamente o artigo do MBRE e conectar com PNMC.
	DECRETO Nº 11.080, DE 24 DE MAIO DE 2022	Meio Ambiente	Regulação	Altera o Decreto Federal 6514/2008, referente às infrações administrativas ambientais, modificando diversos dispositivos.	Retorna à regulamentação anterior, dada pelo Decreto 6514/2008 que deve ser ajustado em momento posterior.
					Rever a estratégia de deses-

Obrigada pela atenção!

Dr.ª Ana Paula Prates | Diretora de Políticas Públicas

INSTITUTO TALANOA

📧 contato@institutotalanoa.org

🌐 https://www.institutotalanoa.org/

política por inteiro

📧 contato@politicaporinteiro.org

🌐 https://www.politicaporinteiro.org/